



RTA
Moto GP traz
impacto mediático
e milhares
de dormidas

P 3

Vilamoura
vai ter mais
1400 unidades
de alojamento
até 2027

P 5

PCP retira
confiança política
a vereador
de VRSA

P 7

Quatro festivais
enchem
programação do
Teatro Municipal
de Faro

P 14

Basquetebol
algarvio tem
muitos êxitos mas
faltam árbitros
e treinadores

P 23



DIRETOR REGIONAL DA AGRICULTURA E PESCAS
EM ENTREVISTA EXCLUSIVA

"Voltar ao sequeiro tradicional é uma utopia"

Do imenso universo da agricultura e pescas algarvias que Pedro Monteiro, 51 anos, dirige desde dezembro de 2018 a partir do Sítio do Patacão, a conversa desenrola-se sobretudo em torno do polémico tema do abacate, da dicotomia regadio/sequeiro, da questão da água e do novo matadouro regional. Uma conversa em que ficamos a saber que, para o diretor regional da Agricultura, voltar ao predomínio do sequeiro tradicional é uma utopia. Mas que se deve pagar, e bem, a quem o queira fazer...

P 12 e 13

LINHA VRSA/FARO VAI SER ELETRIFICADA

Ministro aponta ferrovia até Espanha como prioridade

P 24



PUB

Apoie o JORNAL do ALGARVE COM UMA ASSINATURA EXTRA

O SEU CONTRIBUTO FAZ A DIFERENÇA

PAGUE A SUA ASSINATURA

Dados para transferências (mencionando o n.º ou nome de assinante):

CAIXA GERAL DEPÓSITOS PT 50 0035 0909 0001 6155 3303 4

CRÉDITO AGRÍCOLA PT 50 0045 7043 4000 6213 1353 7

Para mais fácil identificação da transferência, solicitamos envio comprovativo de pagamento para: ja.assinantes@gmail.com



veja como ganhar no interior

DIRETOR REGIONAL DA AGRICULTURA E PESCAS EM ENTREVISTA EXCLUSIVA

É uma utopia pensar que podemos voltar ao sequeiro

Do imenso universo da agricultura e pescas algarvias que Pedro Monteiro, 51 anos, dirige desde dezembro de 2018 a partir do Sítio do Patacão, a conversa desenrola-se sobretudo em torno do polémico tema do abacate, da dicotomia regadio/sequeiro, da questão da água e do novo matadouro regional. Uma conversa em que ficamos a saber que, para o diretor regional da Agricultura, voltar ao sequeiro tradicional é uma utopia. Mas que se deve pagar, e bem, a quem o queira fazer...

> João PRUDÊNCIO

JORNAL do ALGARVE (J.A.) - Recentemente, a empresa Frutineves, que tem uma plantação de abacates em Lagos que foi chumbada ambientalmente, disse que ia processar a CCDR porque propôs que houvesse alterações ao projeto, nomeadamente a diminuição de áreas de plantação. Há quem diga que o Pedro sempre esteve do lado da empresa e dos abacates, contra os ambientalistas e, agora, a CCDR. De que lado se posiciona afinal?

Pedro Monteiro (P.M.) - A DRAP é pelas regras e aquilo que impõem os instrumentos de gestão territorial. Por outro lado, sabemos que existe um problema sério de disponibilidades hídricas no Algarve. As alterações climáticas têm agudizado este problema. E sabemos que temos que gerir a água com parcimónia. Há zonas do território onde a pressão que já existe, nomeadamente sobre o fator água, e também porque podem ser zonas muito importantes para a recarga dos aquíferos,

têm que ser protegidas e tem que haver um ordenamento. Ou seja, fazer agricultura intensiva (abacates, citrinos, os pequenos frutos vermelhos)...

||
(...) havia um título de utilização de recursos hídricos que permitia que a empresa [Frutineves, de abacates] regasse uma área até cerca de 70 hectares. A partir desse momento a empresa incorreu numa infração

||
J.A. - Há quem diga que o abacate é um falso problema porque não há grande diferença entre a água que consome um abacate e uma laranja, por exemplo.

P.M. - Em termos de consumo de água, não.

J.A. - Então porquê esta guerra ao abacate?

P.M. - Por um lado porque



Pedro Valadas Monteiro

estamos a falar de uma cultura intensiva. É uma cultura de regadio e cuja instalação exige um conjunto de operações de movimentação de solos. Em alguns casos é necessário fazer despedregas, subsolações profundas, e portanto a sua instalação poderá ter impactos.

J.A. - Mas depois em termos de consumo de água não há grandes diferenças para os citrinos. Qual é essa diferença?

P.M. - Basicamente anda ela por ela. O abacate consumirá entre 5.800 e 7.300

metros cúbicos por hectare, dependendo das zonas. Os citrinos consomem entre 6.000 e 6.800.

||
(...) se a empresa [Frutineves] prevaricou agora tem que sofrer as consequências

||
J.A. - Portanto estamos a falar de 10% a mais para

o abacate.

P.M. - Sim. Há uma diferença na gestão da gestão da rega: o abacate é mais sensível à falta de água do que a laranja. Enquanto a laranja aguenta estar alguns dias sem ser regada, ou levar apenas regras de sobrevivência, o abacate é muito mais suscetível. Mas o abacate tem outras vantagens: como é uma cultura relativamente nova, praticamente não tem pragas ou doenças. Exige menos tratamentos fito-sanitários. E se a cultura for feita de acordo

com o que nós preconizamos, pode nem levar pesticida. E enquanto a árvore é jovem não precisa de ter todos os gotejadores em funcionamento. Se a cultura for bem conduzida, os herbicidas podem ser reduzidos substancialmente.

J.A. - Voltando à Frutineves, como ficarão as coisas? Eles vão conseguir cumprir o Estudo de Impacte Ambiental?

P.M. - Estamos num estado de direito, onde há leis. E as leis são feitas para cumprir. Quem não cumpre tem que ser penalizado.

||
(...) a sociedade tem que estar disposta a remunerar o produtor por fazer uma coisa que é menos rentável do que outra. Não lhe pode dizer "Olha, tu és obrigado a manter perdendo dinheiro"

||
J.A. - Está do lado da CCDR neste caso?

P.M. - Estou. Nós até fazemos parte da Comissão de Avaliação de Impacte Ambiental e a decisão lá tomada foi colegial.

J.A. - Votou contra ou a favor?

P.M. - O que nós dizemos é que havia um título de utilização de recursos hídricos que permitia que a empresa regasse uma área até cerca de 70 hectares. A partir desse

DRAP DESISTIU DOS MATADOUROS EM CAMIÃO

Novo matadouro regional está em estudo

Tudo aponta para a construção de um novo matadouro regional, na única região do País sem aquele tipo de infraestrutura. Pelo caminho ficará a intenção de fazer camiões-matadouro

J.A. - O Algarve não tem matadouro há 14 anos. Agora falava-se de um matadouro móvel, instalado num camião especial para o efeito. Sempre vai haver matadouro móvel no Algarve?

P.M. - É fundamental que tenhamos uma unidade de abate. Somo a única região do País que não tem nenhum matadouro. É um condicionalismo enorme, faz aumentar o custo de produção e é isso que está a inibir os produtores mais jovens de se instalarem na pecuária. Porque tem custos acrescidos. Nem conseguimos fazer a certificação de uma carne algarvia porque ela vai para um matadouro noutra zona, com comerciantes de outra região, que a diluem nas suas produções. Temos que ter uma unidade de abate, um matadouro regional. Se é móvel ou fixo, a Direção Regional e a AMAL está a fazer os estudos de viabilidade técnico finan-

ceira da operação, para ver na relação custo-benefício o que é mais vantajoso.

J.A. - E vai ser fixo ou móvel? Já se sabe?

P.M. - As unidades móveis continuam a ter problemas de licenciamento em Portugal. Por outro lado são muito pequenas e com capacidade reduzida, pelo que tínhamos que ter várias unidades móveis. Estamos a inclinar-nos para uma unidade fixa de última geração, ou seja, com capacidades para tratar as várias espécies (pequenos ruminantes, bovinos e suínos), que esteja dentro das boas práticas ambientais e dimensionada para o efeito que nós temos cá. Não queremos criar um elefante branco.

J.A. - Há alguma possível localização?

P.M. - Há várias alternativas, não temos uma fechada. Tem que estar próximo de uma via de comunicação, fácil de acesso, tem que estar numa zona central.

J.A. - Então mas isso já havia antes, numa zona central do Algarve e com bons acessos. Depois acabaram com ele.

P.M. - Acabaram porque aquilo estava sobredimensionado. Já não tinha condições para se adaptar à nova legislação da gestão ambiental, nomeadamente os subprodutos, dos efluentes, etc, os custos de adaptação eram incomportáveis. Aquilo tem que ser um negócio: tem que ter receitas e essas receitas mais ou menos equilibrar, não podem ser muito inferiores aos custos. Temos que ter uma unidade nova, moderna, mais pequena, que permita acobertar o efetivo que já temos no Algarve e um crescimento razoável. A breve trecho contamos - nós, a Direção Geral de Veterinária e a AMAL - que está a trabalhar neste estudo de viabilidade económico financeira contamos apresentar ao Conselho Intermunicipal da AMAL esse mesmo estudo.

momento a empresa incorreu numa infração. E a lei diz que a partir de 100 hectares é obrigatório um EIA, o que só foi feito a posteriori. Portanto se a empresa prevaricou agora tem que sofrer as consequências. É essa a posição oficial da DRAP.

J.A. - Mas não está toda a plantação em risco?

P.M. - Há uma parte que já tinha um título de utilização de recursos hídricos. Setenta e tal hectares. Agora tudo o que está a mais [mais de 50 hectares], a empresa vai ter que repor as condições iniciais do terreno.

||

(...) o abacate não se está a fazer à custa da alfarrobeira, antes pelo contrário! A alfarrobeira também está a crescer

||

J.A. - Uma lição para futuros investidores.

P.M. - Em relação ao abacate ou a qualquer outra cultura, temos que adequar as áreas de plantação à capacidade que os territórios têm para suportar essas culturas. Quando não é possível fazer culturas intensivas (abacates, ou laranjeiras) temos que apostar noutra tipo de agricultura.

J.A. - Podemos ter uma agricultura baseada em sistemas intensivos, ou isso é uma ilusão? Abacates, laranjas, dióspiros, podem ser cultivados em regime não intensivo?

P.M. - Não gosto do termo, que nem sei o que significa. Há vários tipos de agricultura: agricultura empresarial, mais competitiva, que tem mais tecnologia e consegue ser mais produtiva. Em regiões como o Algarve pode ser feita com água. É uma utopia pensarmos que podemos voltar ao sequeiro tradicional. Aliás hoje em dia até as espécies tradicionais do sequeiro, por via deste regime cada vez menos uniforme de distribuição da precipitação, já têm que ter o "sequeiro ajudado", ou seja, durante os primeiros anos têm que levar rega, para entrarem mais cedo na produção e até para as árvores conseguirem sobreviver. Temos que alimentar a população do planeta e que ter uma agricultura mais produtiva, que consiga produzir mais por unidade de área. Temos é que apostar cada vez mais na tecnologia de precisão, para pouparmos a água, para evitarmos que os fertilizantes e outros químicos se percam e vão contaminar

linhas de água. Mas temos que ter agricultura produtiva.

J.A. - Para lá do regadio, ainda há lugar para o sequeiro?

P.M. - O pomar tradicional de sequeiro (amendoeira, alfarrobeira, figueira e oliveira) não é rentável. E o agricultor é um operador económico, que tem que ter uma margem de lucro. Não vai perder dinheiro. Na prática tem que subtrair as receitas dos custos e isso tem que lhe dar para ele fazer a sua vida e poder alimentar a sua família. Se quisermos apostar na manutenção dessas formas de agricultura tradicionais temos que fazer pagamentos ecossistémicos. Ou seja: se houver um pagamento ao serviço público que esse agricultor está a fazer, ao cuidar da paisagem, dos ecossistemas, do próprio ideário da dieta mediterrânica, promover a regularização dos ciclos hidrológicos, sequestro de carbono, etc. E temos que remunerar o agricultor por um sistema que não é rentável mas dizendo-lhe que ele é importante porque é fornecedor de serviço público. São os tais pagamentos ecossistémicos.

J.A. - Isso está a ser feito? No fundo, é dar subsídios a quem queira fazer sequeiro.

P.M. - Estamos a propô-lo agora. E não é subsidiar, é pagar aos agricultores que preservam o sistema agrário tradicional, que é muito importante do ponto de vista ambiental.

J.A. - Reconhece então que ambientalmente é mais importante ter um bom sequeiro do que grandes extensões de regadio.

P.M. - O Algarve é pequeno mas é muito diverso. E há lugar para os sistemas agrários tradicionais, como o pomar tradicional de sequeiro, e a outra agricultura mais competitiva. Agora a sociedade tem que estar disposta a remunerar o produtor por fazer uma coisa que é menos rentável do que outra. Não lhe pode dizer "Olha, tu és obrigado a manter perdendo dinheiro". Isso não existe. E há espaço no Algarve para a outra agricultura mais competitiva, temos é que saber compaginar as duas. E estes próprios sistemas tradicionais também têm evoluído, nomeadamente as espécies. E hoje em dia temos os pomares extremos: os pomares de alfarrobeiras, por exemplo. Pomares modernos, com variedades mais produtivas, conduzidos desde início logo com rega, o tal sequeiro ajudado, e aproveitando as cotações fabulosas que nos últimos dois anos a alfarroba tem vindo a atingir.

J.A. - Tem havido então um crescimento da alfarrobeira, nesse tipo de plantação?

P.M. - Sim, posso-lhe dizer que em 1989, quando ainda não havia produção oficial de abacateiros no Algarve, a área de alfarrobeiras era de 11 mil hectares; em 2019 a área cresceu para 13.500 hectares e já temos uma área de abacateiros de 1.850 hectares. Quer isto dizer que o abacate não se está a fazer à custa da alfarrobeira, antes pelo contrário! A alfarrobeira também está a crescer. E se estes preços se mantiverem cada vez crescerá mais. Porque é uma boa oportunidade de negócio.

||

[Defendo] a construção de dois açudes insulfáveis, isto é, móveis, tanto na ribeira de Monchique como na ribeira da Foupana

||

J.A. - E porque a jusante há uma indústria e novas utilizações para a alfarroba.

P.M. - Exatamente. E é isso é que faz o preço e se esses preços se mantiverem em alta, ou estabilizarem num valor atrativo (mais de 20 euros) vai haver ainda maior crescimento da área de alfarrobeira.

J.A. - É adepto do sistema escolhido pela equipa que elaborou o Plano de Eficiência Hídrica da região, preconizando a recolha de água no Guadiana? É uma solução sustentável do ponto de vista da agricultura?

P.M. - Defendemos cada vez maior eficiência. Sabemos que a água ainda é mal utilizada por muitos operadores, gasta em excesso e temos que ser sempre cada vez mais eficientes. Temos que combater as perdas e essa é uma das medidas mais importantes do Plano. Sabemos também que temos que aumentar o aprovisionamento de água. Só pelo lado da poupança e eficiência não conseguimos ter uma região resiliente, temos que ter um reforço do aprovisionamento. Isso implica diversificar as origens de água que abastecem o Algarve. Estamos a falar das águas para reutilização das ETAR. Mas essas ETAR e o mar estão muito longe da agricultura. Para um agricultor utilizar essa água os custos de produção vão-lhe ficar incontroláveis. Então advogamos que sejam usadas pelos utilizadores mais próximos do litoral e que depois as águas superficiais, nomeadamente das barragens, possam ser perspetivadas para a agricultura.

J.A. - Então concorda com este projeto de retirar água



do Guadiana e levá-la para Odeleite...

P.M. - Concordo com esse plano mas deve haver ainda outra medida: a construção de dois açudes insulfáveis, isto é, móveis, tanto na ribeira de Monchique como na ribeira da

Foupana.

J.A. - Não falamos da barragem da Foupana...

P.M. - Eu defendo a barragem da Foupana, mas hoje em dia o peso dos argumentos contra uma barragem - custos, parte ambiental, a sensi-

bilidade política - fazem com que eu, apesar de considerar importante a construção da barragem da Foupana, não vale a pena lutar numa batalha que de momento é muito difícil levar a bom porto.

J.A. - E o que são esses açudes móveis?

P.M. - O que notamos é que as precipitações no Algarve são cada vez mais irregulares mas cada vez mais intensas. E quando chove estas ribeiras enchem rapidamente. Como não têm nada a jusante toda esta água vai escoar para o mar. Então defendemos a construção de uma retenção que permita continuar a fazer o tal escoamento ecológico mas simultaneamente aproveitar parte dela. E ao reforçar as águas superficiais vamos libertar pressão sobre as águas subterrâneas, que têm períodos de recarga muito mais longos e continuam com grandes problemas. Queremos reforçar o abastecimento à agricultura de águas superficiais, diminuir o peso enorme das águas subterrâneas (representam 75% da água que a agricultura utiliza) e para fazer isto propomos substituir os regadios individuais à base de furos pela expansão das áreas dos aproveitamentos hidro-agrícolas.

PUB

CA SOLUÇÕES DE INVESTIMENTO

Planeie hoje o futuro dos seus e a sua reforma

Seja para a sua reforma ou para diversificar os seus investimentos, conheça as nossas soluções.



creditoagricola.pt | 808 20 60 60

CA
Crédito Agrícola